



Ao

Banco Central do Brasil

Prezados,

Em cumprimento ao disposto na Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020 e Instrução Normativa BCB nº 236 de 17 de fevereiro de 2022 do Banco Central do Brasil, encaminhamos as Demonstrações Financeiras da Pinbank Brasil Instituição de Pagamentos S.A, relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro 2024, conforme relação dos documentos descritos a seguir:

- Relatório da Administração;
- Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa; e
- Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

A Administração da Pinbank declara sua responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo.

Atenciosamente,

PINBANK BRASIL INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS S.A

Atenciosamente,

Felipe Domenico Negri
Administrador
CPF 304.110.998-09

Fernando Quiqueto De Lima
Contador
CRC 1SP 270.574/O-6

**PINBANK BRASIL INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO
S.A.**

Relatório do auditor independente

**Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024**

PINBANK BRASIL INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

**Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024**

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Balanco patrimonial

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras

A large, light-colored graphic of the letter 'b' is positioned on the left side of the page. It consists of a vertical bar on the left and a circular shape on the right, with a horizontal line connecting them at the top. The 'b' is hollow and serves as a decorative element for the report header.

Relatório da Administração

O Pinbank Brasil Instituição de Pagamento S.A. ("Pinbank") tem o prazer de apresentar suas demonstrações financeiras, acompanhadas das respectivas notas explicativas, referentes ao semestre e ao exercício findos em 31 de dezembro de 2024. Essas demonstrações foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis estabelecidas pela legislação societária brasileira, bem como pelas normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

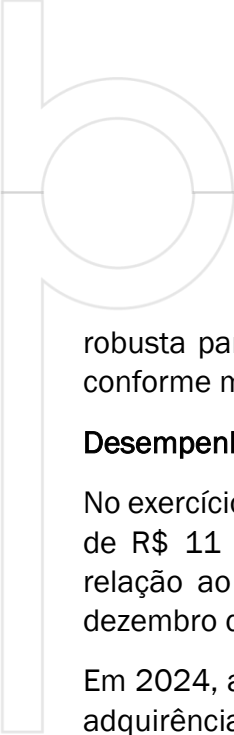
Perfil Institucional

Constituída em 23 de outubro de 2012, o Pinbank é uma empresa privada com sede em São Paulo, atuando como instituição de arranjo de pagamento. Oferecemos aos nossos clientes uma conta de pagamento pré-paga, atendendo atualmente mais de 80 mil clientes ativos viabilizando pagamentos e transferências entre pessoas e empresas. Nossa missão é democratizar o acesso a contas digitais e serviços financeiros para pequenos e médios varejistas "offline".

Evolução e Inovação

Desde a nossa fundação, investimos fortemente no desenvolvimento de tecnologia própria para gestão de pagamentos, expandindo nossas operações e integração aos meios de pagamento do Sistema Financeiro Nacional (SFN). Fomos uma das instituições pioneiras homologadas pelo Banco Central do Brasil para operar o PIX diretamente em 2022. Nos anos de 2023 e 2024, avançamos ainda mais ao iniciar e consolidar nossas operações como Adquirente das bandeiras Mastercard, Visa e Elo.

Mantemos um compromisso contínuo com a inovação, investindo recentemente em tecnologias avançadas de inteligência artificial para prevenção de fraudes, aprimoramento dos sistemas de autenticação e modernização da infraestrutura, garantindo maior segurança e escalabilidade para nossos serviços., destacando nossa participação ativa no desenvolvimento do DREX ("Real Digital"), em parceria com o Banco Central do Brasil, além do aperfeiçoamento de nossa tecnologia própria para processamento e aquisição, resultando em uma arquitetura operacional



robusta para o PIX direto, com alta capacidade de transações por segundo (TPS), conforme monitoramento do Banco Central.

Desempenho Financeiro

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Pinbank registrou um lucro líquido de R\$ 11 milhões, representando um crescimento de 15% (R\$ 1,4 milhão) em relação ao lucro líquido de R\$ 9,6 milhões obtido no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

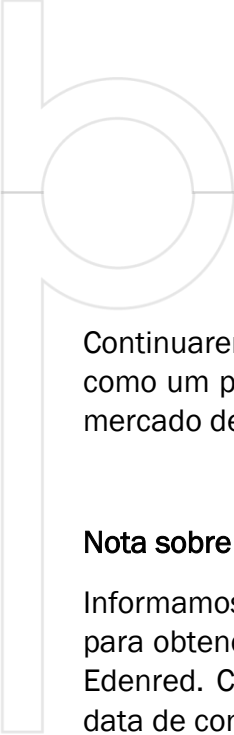
Em 2024, alcançamos um TPV (Volume Total de Pagamentos) de R\$ 2,6 bilhões na adquirência e R\$ 16,5 bilhões no total, considerando adquirência e Conta Digital, reforçando nossa crescente relevância no mercado de pagamentos.

Os principais fatores que impulsionaram esse resultado foram:

- **Receita de prestação de serviços:** Totalizou R\$ 95,764 milhões, impulsionada principalmente pelas receitas da Conta Digital, adquirência e intermediação financeira. Esse valor representa um aumento de 47% (R\$ 30,496 milhões) em relação aos R\$ 65,268 milhões registrados no exercício anterior.
- **Despesas administrativas:** Totalizaram R\$ 48,666 milhões em 2024, refletindo uma redução de 5% (R\$ 2,768 milhões) quando comparadas aos R\$ 51,434 milhões de 2023, principalmente devido à otimização de custos com prestadores de serviços e processamento de dados.

Perspectivas

Seguimos confiantes em nossa estratégia de crescimento sustentável, com planos ambiciosos de impulsionar exponencialmente o volume transacionado na adquirência até o final de 2025. Estamos nos preparando para expandir nossas operações, iniciando a atuação como emissor de cartão de crédito e no mercado de câmbio. Além disso, buscamos fortalecer parcerias estratégicas no setor de crédito voltadas para pequenos e médios varejistas, ao mesmo tempo em que desenvolvemos novas funcionalidades para a Conta Digital, sempre alicerçados na inovação tecnológica e no fortalecimento contínuo das relações com nossos clientes.

A large, light gray outline of the letter 'b' is positioned on the left side of the page, extending vertically from the top of the text area down to the bottom of the page. It has a circular top and a vertical stem.

Continuaremos investindo em novas soluções financeiras, consolidando nosso papel como um parceiro estratégico, contribuindo ativamente para o desenvolvimento do mercado de pagamentos e soluções financeiras no Brasil.

Nota sobre a circularização não respondida – Edenred

Informamos que todos os esforços cabíveis foram realizados pela administração para obtenção da confirmação de saldo por meio de circularização junto à empresa Edenred. Contudo, apesar das reiteradas tentativas, não obtivemos retorno até a data de conclusão deste relatório.

Destacamos, entretanto, que as operações com a referida empresa foram encerradas em fevereiro de 2025 e que o valor atualmente registrado na conta relacionada à Edenred – R\$ 158 mil – é considerado imaterial, não comprometendo, portanto, a fidedignidade das demonstrações contábeis ora apresentadas.

São Paulo, 03 de abril de 2025.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e Administradores da
Pinbank Brasil Instituição de Pagamento S.A.
São Paulo - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da **Pinbank Brasil Instituição de Pagamento S.A.**, (“**Companhia**”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Bases para opinião com ressalva” as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Pinbank Brasil Instituição de Pagamento S.A.**, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Bases para opinião com ressalva

Circularização (confirmações externas de saldos) de instituições financeiras

Como procedimento de auditoria definido pela NBC TA 505 - Confirmações externas (circularizações), foram encaminhadas solicitações de confirmações das operações financeiras mantidas com outras instituições financeiras com os quais a Instituição mantinha relacionamentos, ambas na data base de 31 de dezembro de 2024, as quais não foram recebidas em sua totalidade. Consequentemente, não nos foi possível, por meio da aplicação de procedimentos alternativos de auditoria, concluir sobre estes procedimentos de auditoria e sobre eventuais impactos desse assunto nas demonstrações financeiras da Instituição findas em 31 de dezembro de 2024.

Outros assuntos

Valores correspondentes -31 de dezembro de 2023

As demonstrações financeiras referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins de comparabilidade, foram por nós auditadas, cujo relatório foi emitido em 7 de maio de 2024 contendo ressalva quanto a ausência de documentação apropriada e suficiente no valor de R\$ 1.112 mil referente a receita de prestação de serviço - Locação de Terminais, não sendo mais necessárias para o semestre e exercício findos 31 de dezembro de 2024. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor independente

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as Demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das Demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, de 3 de abril 2025.

PINBANK BRASIL INSTITUICAO DE PAGAMENTO S.A.

CNPJ(MF) 17.079.937/0001-05

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores em R\$ mil

ATIVO	NE	31/12/24	31/12/23
CIRCULANTE		241.754	311.849
DISPONIBILIDADES		3.910	2.323
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		231.104	305.794
Aplicação interfinanceira de Liquidez	3.a	-	95.092
Títulos e valores mobiliários	3.a	3.361	2.616
Relações interfinanceiras	3.b	227.743	208.086
OUTROS CRÉDITOS	4	6.740	3.732
Rendas a receber		4.910	1.269
Outros créditos - Diversos		1.543	2.463
Despesas antecipadas		287	-
NÃO CIRCULANTE		4.831	6.040
IMOBILIZADO DE USO	5.a	2.686	3.323
Outras imobilizações de uso (Depreciações acumuladas)		5.191 (2.505)	4.855 (1.532)
INTANGÍVEL	5.b	2.145	2.717
Ativos Intangíveis (Amortização acumulada)		2.862 (717)	2.862 (145)
TOTAL DO ATIVO		246.585	317.889

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PINBANK BRASIL INSTITUICAO DE PAGAMENTO S.A.

CNPJ(MF) 17.079.937/0001-05

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores em R\$ mil

PASSIVO	NE	31/12/24	31/12/23
CIRCULANTE		218.410	286.701
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		213.637	274.841
Depósitos	6	154.864	199.427
Relações interfinanceiras	7.a	58.773	75.414
OUTROS PASSIVOS		4.773	11.860
Sociais e estatutárias	7.c	-	5.000
Fiscais e previdenciárias	7.d	1.956	1.216
Diversas	7.b	2.817	5.644
NÃO CIRCULANTE		50	305
PROVISÕES	7.b	50	305
Diversas		50	305
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		28.125	30.883
Capital:	9.a	23.580	23.580
De Domiciliados no país		23.580	23.580
Reservas de lucros	9.b	4.545	7.303
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		246.585	317.889

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PINBANK BRASIL INSTITUICAO DE PAGAMENTO S.A.

CNPJ(MF) 17.079.937/0001-05

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores em R\$ mil

	NE	2º-SEM-24	2024	2023
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		12.230	21.387	15.055
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	11	12.230	21.387	15.055
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		12.230	21.387	15.055
OUTRAS RECEITAS/ DESPESAS OPERACIONAIS		(4.999)	(4.133)	438
Receitas de prestação de serviços	11	45.061	95.764	65.268
Despesas de pessoal	15	(4.351)	(7.926)	(6.383)
Outras despesas administrativas	12	(24.231)	(48.666)	(51.434)
Despesas tributárias	13	(4.831)	(9.933)	(4.921)
Provisão (Reversão) de provisões operacionais		98	255	-
Outras receitas operacionais		11	28	-
Outras despesas operacionais	14	(16.756)	(33.655)	(2.092)
RESULTADO OPERACIONAL		7.231	17.254	15.493
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		-	-	(587)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		7.231	17.254	14.906
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	16	(2.615)	(6.167)	(5.275)
Provisão para imposto de renda		(1.905)	(4.501)	(3.874)
Provisão para contribuição Social		(710)	(1.666)	(1.401)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO		4.616	11.087	9.631
Nº de ações		1.746.667	1.746.667	1.746.667
Lucro líquido do semestre/exercício por ação.....R\$		2,64	6,35	5,514

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PINBANK BRASIL INSTITUICAO DE PAGAMENTO S.A.

CNPJ(MF) 17.079.937/0001-05

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores em R\$ mil

	30/06/24	2º-SEM-24	2024	2023
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	6.471	4.616	11.087	9.631
RESULTADO ABRANGENTE	-	-	-	-
Ajustes que serão transferidos para resultados:	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	6.471	4.616	11.087	9.631

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PINBANK BRASIL INSTITUICAO DE PAGAMENTO S.A.

CNPJ(MF) 17.079.937/0001-05

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores em R\$ mil

Semestre de 01/07/24 a 31/12/24					
	CAPITAL REALIZADO	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESPECIAIS DE LUCROS	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO SEMESTRE EM 01/07/24	23.580	1.324	4.366	6.471	35.741
Lucro líquido do semestre	-	-	-	4.616	4.616
Destinações:	-	554	(1.699)	(11.087)	(12.232)
Dividendos obrigatórios	10	-	(1.699)	(10.533)	(12.232)
Constituição da Reserva Legal	9b	-	554	(554)	-
SALDOS NO FIM DO SEMESTRE EM 31/12/24	23.580	1.878	2.667	-	28.125
MUTAÇÕES DO SEMESTRE:	-	554	(1.699)	(6.471)	(7.616)
Exercício de 01/01/24 a 31/12/24					
	CAPITAL REALIZADO	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESPECIAIS DE LUCROS	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO EXERCÍCIO EM 01/01/24	23.580	1.324	5.979	-	30.883
Lucro líquido do exercício	-	-	-	11.087	11.087
Destinações:	-	554	(3.312)	(11.087)	(13.845)
Dividendos obrigatórios	-	-	(2.772)	-	(2.772)
Dividendos adicionais	-	-	(540)	(10.533)	(11.073)
Constituição da Reserva Legal	-	554	-	(554)	-
SALDOS NO FIM DO EXERCÍCIO EM 31/12/24	23.580	1.878	2.667	-	28.125
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO:	-	554	(3.312)	-	(2.758)
Exercício de 01/01/23 a 31/12/23					
	CAPITAL REALIZADO	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESPECIAIS DE LUCROS	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO EXERCÍCIO EM 01/01/23	4.210	842	728	21.309	27.089
Aumento de capital	19.370	-	-	(19.370)	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	9.631	9.631
Destinações:	-	482	5.251	(11.570)	(5.837)
Juros capital próprio	-	-	-	-	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(2.408)	(2.408)
Dividendos adicionais	-	-	-	(3.429)	(3.429)
Constituição da reserva legal	-	482	-	(482)	-
Constituição da reserva especial de lucros	-	-	5.251	(5.251)	-
SALDOS NO FIM DO EXERCÍCIO EM 31/12/23	23.580	1.324	5.979	-	30.883
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO:	19.370	482	5.251	(21.309)	3.794

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PINBANK BRASIL INSTITUICAO DE PAGAMENTO S.A

CNPJ(MF) 17.079.937/0001-05

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Método Indireto)

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores em R\$ mil

	NE	2º-SEM-24	31/12/24	31/12/23
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do semestre e exercícios		4.616	11.087	9.631
Depreciações/amortizações/perdas valor recuperável		779	1.545	1.506
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(98)	(382)	-
Provisão (reversão) de provisões para passivos contingentes		(1)	127	-
Provisão de impostos no resultado		2.615	6.167	5.275
		<u>7.911</u>	<u>18.544</u>	<u>16.412</u>
Variação de Ativos e Obrigações				
		(67.082)	(97.123)	(38.556)
(Aumento) redução em relações interfinanceiras		17.338	(19.657)	(198.086)
(Aumento) redução de outros ativos		(3.461)	(2.626)	1.815
Aumento (redução) em instrumentos financeiros passivos		(75.680)	(61.204)	160.699
Aumento (redução) em outros passivos		(2.925)	(7.797)	5.419
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.354)	(5.839)	(8.403)
		<u>(59.171)</u>	<u>(78.579)</u>	<u>(22.144)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Alienações de:				
Investimentos		-	-	780
Imobilizado de uso	5.a	-	-	5.274
Inversões em:				
Imobilizado de uso	5.a	(37)	(336)	(106)
Inversões líquidas no intangível	5.c	-	-	(2.183)
Caixa líquido aplicado/gerado nas atividades de investimento		(37)	(336)	3.765
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos/Lucros pagos	10	(12.232)	(13.845)	(837)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(12.232)	(13.845)	(837)
Baixa líquida do caixa e equivalentes de caixa		(71.440)	(92.760)	(19.216)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre e exercícios		78.711	100.031	119.247
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre e exercícios		<u>7.271</u>	<u>7.271</u>	<u>100.031</u>

A DIRETORIA

IGNIS CONTABIL LTDA

Contador CRC-2SP 014.630/O-5

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PINBANK BRASIL INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Pinbank Brasil Instituição de Pagamento S.A. (“Companhia”) iniciou suas operações em 23 de outubro de 2012 com a denominação TI-Pagos Brasil Participações Ltda. Em 17 de outubro de 2016 os sócios aprovaram a transformação de sociedade limitada para sociedade anônima de capital fechado regida por estatuto próprio e legislação aplicável, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

A Companhia tem por objeto prestação de atividades de intermediação de serviços e negócios em geral e como instituição de pagamento nas modalidades indicadas pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”) no âmbito do seu próprio arranjo de pagamento ou de terceiros. Adicionalmente pode prestar serviços de consultoria empresarial, serviços relacionados a assessoria e consultoria técnica em serviços de informática e tecnologia da informação.

A sede social da Companhia está localizada na cidade de São Paulo estado de SP, no logradouro Alameda Araguaia, número 1063, 4ª andar - conjunto 401 - Bela Vista.

Em 23 de agosto de 2022, foi publicada autorização pelo BACEN para a Companhia funcionar como instituição de pagamento na modalidade de emissor de moeda eletrônica e no final de dezembro de 2022 o BACEN autorizou a Companhia a operar como credenciadora adquirente.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) aplicáveis as instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, e em conformidade com o artigo 14 da Resolução BCB nº 2/2020.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado, quando tais avaliações são exigidas pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) aplicáveis as instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo BACEN.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas nos itens 2.1 a 2.17.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração, cuja autorização para sua conclusão foi dada em 02 de abril de 2025.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis dos ativos imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados pelos seus valores justos ao resultado financeiro do exercício.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderão resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 6:** detalhamento do ativo imobilizado e intangível; e
- **Nota 9:** reconhecimento e mensuração de provisões e contingências

Na elaboração das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, a Companhia considerou o disposto na Resolução BCB nº 2/2020 e os seguintes pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos (CPC), aprovados pelo Bacen.

2.2. Classificação entre circulante e permanente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação em reapresentação como realizável (circulante) ou Permanente (não circulante).

Um ativo é classificado no realizável (circulante) quando:

- Espera-se que seja realizado ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço;

Todos os demais ativos são classificados como permanente (não circulantes).

2.3. Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas ao valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(b) Transações e saldos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não existem na Companhia operações com moedas estrangeiras. Em caso existir, a prática é de que serão convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação. O ganho ou a perda cambial em itens monetários será por adoção de prática a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação.

2.4. Adoção de novas normas e impactos das Resoluções CMN nº 4.966/2021 e BCB nº 352/22

A Administração, após a avaliação da Resolução CMN nº 4.966/2021, adotará a metodologia simplificada e avaliou não haver impactos relevantes nas suas respectivas demonstrações financeiras e não haverá necessidade de investimento em tecnologia/pessoal, considerando que a aplicação do caixa da Companhia concentra-se basicamente em aplicações interfinanceiras de liquidez (operações compromissadas lastreadas em Títulos Públicos Federais), investimento direto em títulos de renda fixa Federais (LFTs), Certificado de Depósito Bancário (CDB)e, por fim em um fundo de investimento, que serve como garantia perante a Bolsa (B3 - Brasil, Bolsa e Balcão, e que passam a adotar o critério de VJR - Valor Justo por Meio do Resultado. Conforme avaliação realizada, não foram identificados históricos de atraso ou outros eventos que indicassem risco de não recebimento que justificassem a constituição de provisão para perda esperada sobre os ativos analisados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A análise considerou o comportamento histórico das operações, a adimplência dos clientes e a ausência de fatores que comprometam a expectativa de realização dos valores.

Nos termos do §5º do artigo 40 da Resolução CMN nº 4.966/2021, foi adotada uma abordagem que considera tanto informações quantitativas quanto qualitativas na determinação da necessidade de provisão. Dado o cenário avaliado, concluiu-se que não há evidências que demandem o reconhecimento de provisão para perda esperada.

conforme descrito com maiores detalhes na nota explicativa nº 2.5. No que tange a Resolução sobre contabilidade de *hedge* não são aplicáveis à Pinbank Brasil Instituição de Pagamento S.A., bem como que suas inovações não trarão impactos na estrutura atual da Companhia ou na prevista para os próximos 5 anos, ou seja, não ensejam a criação ou a implementação de quaisquer medidas adicionais.

Resolução BCB nº 178/22: Aprova o CPC 06 - Arrendamentos (R2) traz o conceito de direito de uso do ativo e passivo de arrendamento. Com base nesta definição, as operações de arrendamento mercantil operacional devem ser reconhecidas no balanço do arrendatário como um ativo de direito de uso em contrapartida a um passivo de arrendamento. A norma é uma das medidas de convergência do BACEN aos padrões internacionais de contabilidade (IFRS), com entrada em vigor em 1º de janeiro de 2025. A Administração avaliou os aspectos relacionadas as normas citadas e, não identificou impactos nas demonstrações financeiras da Instituição no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2024 nem período subsequente da data de aprovação destas demonstrações financeiras.

2.5. Instrumentos financeiros

As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

(a) Ativos financeiros - classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado (“CA”); (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”); ou (iii) valor justo por meio do resultado (“VJR”).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme a Resolução BCB nº 352, art. 4º, subseção I, classificação de ativos financeiro: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios; e (ii) os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificada.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado não havendo impactos materiais em razão da classificação exposta.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, conforme Art. 7º da Resolução BCB nº 352, optar por classificar na categoria valor justo no resultado os ativos financeiros que seriam classificados nas demais categorias, desde que essa classificação tenha a finalidade de eliminar ou reduzir significativamente inconsistência de mensuração ou de reconhecimento contábil.

(b) Ativos financeiros - reconhecimento e mensuração

Conforme a Resolução BCB nº 352, Art. 12 as compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da aquisição, originação ou emissão. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

(c) Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado, embora a política seja conservadora quanto ao risco destes ativos e segue a normativa regulatória de buscar ativos de liquidez imediata e de risco mitigado, como é o caso oferecido pela escolha dos títulos públicos.

Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

(d) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasso”;
- a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou
- a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

(e) Passivos financeiros - classificação

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial.

Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem fornecedores e outras contas a pagar.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(f) Passivos financeiros - mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

(g) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, não existindo restrição em sua utilização e com risco insignificante de mudança de valor.

2.7. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados nos termos da Circular BACEN nº 3.068/01, em três categorias apresentadas abaixo:

- **Títulos para negociação:** adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são apresentados no ativo circulante e avaliados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- **Títulos disponíveis para venda:** que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzido dos efeitos tributários;
- **Títulos mantidos até o vencimento:** adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A classificação dos títulos e valores mobiliários da Companhia estão descritos na Nota Explicativa nº 5.a.

2.8. Outros créditos

Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes classificados como ativos não circulantes). Devido a novos negócios, a Companhia está considerando revisar a política de perdas.

2.9. Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada. Os ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado e intangível são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e, são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. Provisão para perdas na realização destes ativos são constituídas quando houver indicação razoável de que perdas possam vir a ocorrer. Considerando os valores correntes e de reposição, geral e atualmente praticados, além da vida útil estimada para os ativos, a administração entende que não há necessidade de constituição de qualquer provisão para perdas, neste momento.

ii) Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação as vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa. Eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

iii) Intangíveis

As despesas registradas decorrentes da implantação de novas bandeiras envolvendo meios de pagamento (Elo, Visa e Mastercard) estão sendo alocadas em ativos intangíveis por se tratarem de gastos com a implantação.

2.10. Passivos

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, se for o caso.

2.11. Depósitos

Os depósitos em conta de pagamento referem-se às emissões de moeda eletrônica pré-paga em nome dos clientes, através de saldos carregados nas contas de pagamento na plataforma da Companhia e disponíveis para utilização ou saque conforme nota explicativa nº 6

2.12. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.13. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.13.1. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos a seguir:

▪ **Contingências ativas:**

Não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que garantam a sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos.

▪ **Contingências passivas:**

São reconhecidas nas demonstrações financeiras conforme CPC 25 e quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

São classificadas internamente como perda provável (provisão de 100% do valor do processo) e possível conforme premissas da administração.

2.14. Apuração do resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, pelo critério pro rata die, sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

2.14.1. Receita de prestação de serviço

A receita pela prestação de serviços é reconhecida no resultado em função do faturamento, tendo como base os serviços executados até a data-base do balanço, mensurados de acordo com os critérios estabelecidos contratualmente com os clientes, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente e quando é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Se posteriormente surgirem circunstâncias que possam alterar os valores obtidos nas mensurações originais de receitas e custos, as mensurações iniciais serão revisadas, podendo resultar em aumento ou redução das receitas ou dos custos inicialmente registrados, as quais serão reconhecidas no resultado do exercício em que a Administração tomar conhecimento das circunstâncias que originarem a revisão.

2.14.2. Receita e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros e os descontos obtidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, perdas financeiras na negociação de carteira e outras despesas financeiras.

2.15. Impostos sobre receita de prestação de serviços, Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente e diferido

A Companhia utiliza-se do regime de tributação pelo lucro real e calculando seus impostos com base nas alíquotas efetivas vigentes na data da elaboração das demonstrações financeiras.

O Imposto de Renda e Contribuição Social é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

A tributação sobre o lucro compreende o Imposto de Renda e a Contribuição Social. O Imposto de Renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 15% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência; portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos tributários diferidos.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos são reconhecidos, quando aplicável, somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias e prejuízos fiscais possam ser usados. A prática utilizada para o imposto de renda e contribuição social diferidos apresentados estão de acordo com a Resolução BCB n° 15/20.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As antecipações ou os valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado. Os impostos diferidos, advindos do ajuste de avaliação patrimonial quando aplicável são reconhecidos no patrimônio líquido. Os demais impostos diferidos são reconhecidos no resultado, quando considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros conforme Resolução CMN n° 4.842 de junho de 2020 e suas alterações e Resolução BCB n° 15 de setembro de 2020 e suas alterações.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Impostos sobre a receita de prestação de serviços e receita financeira - PIS (Programa de Integração Social) ; COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e ISS (Imposto Sobre Serviços) são calculados pela alíquota de 0,65%; 4,00% e 5% (São Paulo) e 2% (Barueri) respectivamente sobre as receitas financeira e alíquota de 1,65% e 7,6% de prestações de serviços, apuradas mensalmente e recolhidas no mês subsequente ao da data base.

2.16. Demonstração de fluxos de caixa

A Companhia apresenta os fluxos de caixa das atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o lucro líquido ou o prejuízo é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de prestação de serviços.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.17. Resultados recorrentes e não recorrentes

A Resolução BCB nº 2 de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como não recorrente aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Observando esse regramento a Administração considera que o lucro da Companhia no semestre findo em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 6.471 (3.082 em junho 2023), e do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 2.139 foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

2.18. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para sua emissão, compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base de autorização para sua emissão;
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades		3.910	2.323
Aplicações Financeiras	4.a	-	95.092
Títulos e valores mobiliários	4.a	3.361	2.616
Total		7.271	100.031

3.a. Aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários:

	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações Financeiras	-	95.092
Títulos e valores mobiliários	3.361	2.616
Total	3.361	97.708

PINBANK BRASIL INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Até 1 ano</u>	<u>Acima de 1 ano</u>	<u>31/12/2024</u>
Títulos Públicos			
Títulos e valores mobiliários			
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1.328	-	1.328
Títulos Privados			
Cerificado de Depósito Bancário (CDB)	2.033	-	2.033
Total	3.361	-	3.361

	<u>Até 1 ano</u>	<u>Acima de 1 ano</u>	<u>31/12/2023</u>
Títulos Públicos			
Aplicações Financeiras			
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	95.092	95.092
Títulos Privados			
Cerificado de depósito bancário (CDB)	358	-	358
Fundo de Investimento	2.258	-	2.258
Total	2.616	95.092	97.708

3.b. Relações Interfinanceiras Ativas

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Valores a receber aquisição própria	53.875	49.116
Valores a receber subadquirente	11.392	40.400
Valores a receber - outros	-	12.849
Saldo Conta Reserva - SME (a)	157.980	10.000
Saldo Conta PI - operações pix direto (a)	4.496	76.388
Valores em trânsito	-	19.333
Total	227.743	208.086

(a) A administração entende que o saldo relativo a relações interfinanceiras mantido junto ao Banco Central não reúne as características necessárias para que seja classificada como sendo um equivalente de caixa.

Em novembro de 2022 a Companhia iniciou o relacionamento como integrante do Sistema de Pagamentos Brasileiro, realizando depósito em conta junto ao BACEN, indicando em plano contábil das instituições do sistema financeiro nacional - COSIF - transações relacionadas a rubrica Relações Interfinanceiras Ativas.

Inicialmente, com a existência de classificação da conta “Instituição de pagamento - Moeda Eletrônica” que define o código 028 para aplicação em títulos públicos, então veio a contabilizar a partir de então as aplicações em salvaguarda em grupo específico de aplicações financeiras de liquidez. A Companhia esperava implementação por parte do Bacen de norma relativa à rentabilização da conta correspondente a moeda eletrônica para oferecer maior praticidade na obtenção de receita financeira relativa aos montantes em salvaguarda das contas pré-pagas, o que foi bem-sucedido. A Companhia também recebeu autorização junto a Bacen o para conta Pix direto - chamada conta PI aprovada, recursos os quais parte das transações interfinanceiras foram alocados. Esta conta igualmente percebe rentabilização e considera-se como parte do saldo para salva guarda.

PINBANK BRASIL INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Além destes recursos relacionados os saldos atuais registrados em relação ao saldo da conta PI / PIX, a Companhia foi autorizada a operar na modalidade de credenciamento a partir do fim de 2022, com resultados demonstrados em 2023 e 2024, e apresenta registros de valores a receber relacionados a estas transações de pagamento. A conta PI é uma conta garantidora das operações relacionadas as transações de PIX dos clientes, conforme regulamentação vigente, BCB nº 268/2022.

O saldo referente a valores em trânsito, são valores referente a operação como adquirente que foram creditados antecipadamente para os estabelecimentos, porém ainda não liquidados pelos emissores.

4. Outros créditos

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Rendas a receber	4.910	1.269
Serviços prestados a receber	4.910	1.269
Outros créditos diversos	1.543	2.463
Adiantamento e antecipações salariais	34	-
Depósitos judiciais	858	1.017
Impostos a recuperar	471	1.004
Valores a receber de sociedades ligadas	2	2
Outros adiantamentos	72	440
Devedores diversos	106	-
Despesas antecipadas	287	-
Seguros a apropriar	287	-
Total	<u>6.740</u>	<u>3.732</u>

PINBANK BRASIL INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Imobilizado de uso e intangível

a) Composição imobilizado:

Descrição	Taxa anual de depreciação	Saldos em 31/12/2024			Saldos em 31/12/2023
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Mobiliário	10%	197	(73)	124	142
Equipamentos de processamento de dados	20%	1.854	(988)	866	922
Equipamentos comunicação e de segurança	20%	91	(44)	47	60
Máquinas e equipamentos	20%	24	(5)	19	16
Benfeitorias em imóveis terceiros	20%	3.025	(1.395)	1.630	2.183
Total		5.191	(2.505)	2.686	3.323

Descrição	Taxa anual de depreciação	Saldos em 31/12/2023			Saldos em 31/12/2022
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Mobiliário	10%	196	(54)	142	160
Equipamentos de processamento de dados	20%	1.580	(658)	922	1.229
Equipamentos comunicação e de segurança	20%	86	(26)	60	86
Máquinas e equipamentos	20%	19	(3)	16	18
Veículo	20%	-	-	-	20
Benfeitorias em imóveis terceiros	20%	2.974	(791)	2.183	2.778
Terminais de captura	20%	-	-	-	3.382
Total		4.855	(1.532)	3.323	7.673

PINBANK BRASIL INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação custo imobilizado:

Descrição	Saldos em 31/12/2023	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2024
Mobiliário	196	1	-	197
Equipamentos de processamento de Dados	1.580	274	-	1.854
Equipamentos comunicação e de segurança	86	5	-	91
Máquinas e equipamentos	19	5	-	24
Benfeitorias em imóveis terceiros	2.974	51	-	3.025
Total	4.855	336	-	5.191

Descrição	Saldos em 31/12/2022	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2023
Mobiliário	196	-	-	196
Equipamentos de processamento de Dados	2.040	106	(566)	1.580
Equipamentos comunicação e de segurança	86	-	-	86
Máquinas e equipamentos	19	-	-	19
Veículos	87	-	(87)	-
Benfeitorias em imóveis terceiros	2.974	-	-	2.974
Terminais de captura (a)	4.621	-	(4.621)	-
Total	10.023	106	(5.274)	4.855

(a) No imobilizado, “terminais de captura”, observa-se que as maiores variações ocorreram pela estratégia de desmobilização de ativos em que os valores foram alienados.

PINBANK BRASIL INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Composição intangível:

Descrição	Taxa anual de amortização	Saldos em 31/12/2024			Saldos em 31/12/2023
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Arranjo de pagamento - visa	20%	1.544	(386)	1.158	1.466
Arranjos de pagamento - elo	20%	623	(156)	467	592
Arranjos de pagamento - mastercard	20%	695	(175)	520	659
Total		2.862	(717)	2.145	2.717

Descrição	Taxa anual de amortização	Saldos em 31/12/2023			Saldos em 31/12/2022
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Arranjo de pagamento - visa	20%	1.544	(77)	1.467	-
Arranjos de pagamento - elo	20%	623	(31)	592	623
Arranjos de pagamento - mastercard	20%	695	(37)	658	56
Total		2.862	(145)	2.717	679

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Movimentação do intangível:

Descrição	Saldos em 31/12/2023	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2024
Arranjo de pagamento - Visa	1.544	-	-	1.544
Arranjos de pagamento - Elo	623	-	-	623
Arranjos de pagamento - Mastercard	695	-	-	695
Total	2.862	-	-	2.862

Descrição	Saldos em 31/12/2022	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2023
Arranjo de pagamento - Visa	-	1.544	-	1.544
Arranjos de pagamento - Elo	623	-	-	623
Arranjos de pagamento - Mastercard	56	639	-	695
Total	679	2.183	-	2.862

Os ativos não financeiros, tais como ativo imobilizado e ativo intangível, são submetidos a testes de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável. Quando o valor contábil de um ativo excede a sua quantia recuperável (isto é, o maior entre o valor de uso e o valor justo menos os custos da venda), uma perda é reconhecida para trazer o valor contábil ao seu valor recuperável.

A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais, estimada dos bens, sendo:

- Máquinas e aparelhos e equipamentos - 20%;
- Computadores e periféricos - 20%;
- Móveis e utensílios - 10%;
- Benfeitorias em propriedades de terceiros - 20%;
- Veículos - 20%.

A amortização dos ativos intangíveis também é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os projetos de desenvolvimento de implementação das bandeiras são amortizados a 20% ao ano.

- Marcas - 20%;
- Patentes - 20%;
- Direitos autorais - 20%;
- Software - 20%;
- Projetos em desenvolvimentos - 20%.

PINBANK BRASIL INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Depósitos - contas de clientes

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldos de livre movimentação	154.864	199.427
Total	<u>154.864</u>	<u>199.427</u>

7. Outros passivos circulantes

7.a. Relações Interfinanceiras Passivas:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Valores a pagar adquirencia própria	45.697	35.226
Valores a pagar subadquirente	9.937	40.188
Apropriação de receitas MDR e ARV	3.139	-
Total	<u>58.773</u>	<u>75.414</u>

Em relação ao início das operações de credenciamento, a Companhia apresenta obrigações relacionadas a estas transações de pagamento.

- (a) Em agosto, houve uma alteração na contabilização do reconhecimento das contas a receber de adquirencia e subadquirencia. Para garantir uma apresentação mais clara e adequada desse movimento, foi criada a conta Apropriação de Receitas MDR e ARV no passivo. Essa conta possui natureza transitória.

7.b. Outros passivos diversos

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Circulante		
Valores a pagar a fornecedores	1.833	2.740
Provisões trabalhistas	552	404
Outras despesas administrativas	413	-
Pinfinance Holding Ltda.	19	2.500
Total	<u>2.817</u>	<u>5.644</u>
Não circulante Provisões		
Provisão para contingências - Nota 9	50	305
Total	<u>50</u>	<u>305</u>

7.c. Sociais e estatutárias

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Pinfinance Holding Ltda.	-	4.994
Pinbank Holding S.A.	-	6
Total	<u>-</u>	<u>5.000</u>

Os dividendos propostos em 2023 foram pagos em maio de 2024 aos acionistas, dentro do exercício de 2024.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

7.d. Obrigações fiscais, fiscais e previdenciárias:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
IRPJ a pagar	-	228
CSLL a pagar	-	83
Provisão IRPJ	467	-
Provisão CSLL	172	-
IRRF/ISS/PIS/COFINS S/ Serv. Prestado	172	123
IRRF a recolher	47	33
INSS a recolher	93	80
FGTS a recolher	36	17
Outras obrigações tributárias	969	652
Total	<u>1.956</u>	<u>1.216</u>

8. Contingências

Em 31 de dezembro de 2024, as ações judiciais de qualquer natureza, conhecidas pela Administração, totalizam o montante de R\$ 50 (R\$ 305 em 31 de dezembro de 2023), com base na avaliação de seus assessores jurídicos, classificadas como perda provável, que implicam em registro de provisão para contingências:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Provável (a) - Nota 8b	50	305
Total	<u>50</u>	<u>305</u>

(a) O saldo é composto substancialmente pelo processo 5281749-53.2021.8.09.0051 referente Link de pagamento - constentação de valores de cobrança.

A Companhia possui processos judiciais e administrativos em andamento, que foram classificados como contingências possíveis. Com base em pareceres jurídicos, foi estimado que o valor total dessas contingências é de aproximadamente R\$ 8.597 (R\$ 2.857 em 2023), sendo separados pelas seguintes naturezas, R\$ 7.964 de cível e R\$ 633 de trabalhista, não existe processos de natureza penal ou tributaria. Como a probabilidade de perda é considerada possível, mas não provável, a Companhia não constituiu provisão para esses casos. Continuamos acompanhando esses processos e ajustaremos as estimativas conforme necessário, em resposta a desenvolvimentos significativos ou novas informações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o montante de capital social totalmente integralizado é de R\$ 23.580 representado por 1.746.667 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Reservas

Em 31 de dezembro de 2024, o total das reservas contabilizado totalizam o montante de R\$ 4.545 (em 31 de dezembro de 2023 R\$ 7.303), conforme abertura seguir:

i. Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2024 foram destinados o montante de R\$ 554 (R\$ 482 em 31 de dezembro de 2023) de lucros para reserva legal.

ii. Reserva especiais de lucro

Em 31 de dezembro de 2024 o saldo da respectiva reserva é de R\$ 2.667 (R\$ 5.979 em 31 de dezembro de 2023), em 31 de dezembro de 2024 não houve destinação (R\$ 5.251 em 31 de dezembro de 2023) de lucros para reserva para expansão. A destinação das reservas especiais em 2024 no montante de R\$ 3.312 se refere a dividendos - vide nota 10.

10. Dividendos

Em cada exercício social é garantido aos acionistas o direito a um dividendos obrigatório correspondente a 25% do lucro do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976. Do lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram destinados R\$ 2.772 de dividendos obrigatórios e R\$ 540 adicionais. A aprovação destes dividendos acontecerá em assembleia geral ordinária que acontecerá em abril de 2025. Os dividendos do exercício de 31 de dezembro de 2023, foram pagos no 1º semestre de 2024 no valor de R\$ 5.837, sendo que desse montante, R\$ 2.408 correspondem aos dividendos mínimos obrigatórios, estabelecidos no estatuto social. A aprovação dessa distribuição foi realizada através da assembleia geral ordinária em abril de 2024.

PINBANK BRASIL INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Receitas de intermediação e operacionais

	2º Sem/2024	31/12/2024	31/12/2023
Receita e prestação de serviço (a)	30.836	65.786	30.325
Rendas de antecipação (b)	14.157	29.899	3.760
Outras Rendas Operacionais (c)	68	79	31.183
Total	45.061	95.764	65.268
Receitas de intermediação financeira	12.230	21.387	15.055
	57.291	117.151	80.323

- (a) Receita proveniente de conta digital (Pix, Ted, Boleto manutenção conta);
(b) Adquirência e Subadquirência, receita proveniente de MDR e taxa de antecipação. Com início das operações de adquirência em 2023;
(c) A partir da desmobilização de seus ativos relacionados a terminais de captura ainda no primeiro semestre de 2023, a partir de julho deste mesmo ano a Companhia não recebeu mais receita sobre a locação de terminais de coleta de dados.

12. Outras despesas administrativas

	2º Sem/2024	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de Água, Energia e Gás	(15)	(21)	(9)
Despesas de Aluguéis	(456)	(470)	(11)
Despesas de Comunicações	(109)	(182)	(171)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(86)	(183)	(101)
Despesas de Processamento de Dados	(5.060)	(8.878)	(11.750)
Despesas de Promoção e Relações-Públicas	(153)	(1.219)	(22)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(178)	(238)	(447)
Despesas de Seguros	(32)	(64)	(30)
Despesas de Serviços de Terceiros	(7.239)	(15.844)	(27.251)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	-	(10)	-
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(9.567)	(18.926)	(9.541)
Despesas de Transporte	(23)	(55)	(23)
Despesas de Viagens no país	(187)	(370)	(119)
Outras Despesas Administrativas	(419)	(804)	(452)
Despesas de Amortização	(260)	(519)	(145)
Despesas de Depreciação	(447)	(883)	(1.362)
Total	(24.231)	(48.666)	(51.434)

13. Despesas tributárias

	2º Sem/2024	31/12/2024	31/12/2023
Despesas Tributárias	(124)	(128)	(75)
Despesas de Imp. Serv. Q. Natureza - I.S.S.	(624)	(1.332)	(1.209)
Despesas de Contribuição ao Cofins	(3.402)	(7.054)	(3.022)
Despesas de Contribuição ao PIS	(681)	(1.419)	(615)
Total	(4.831)	(9.933)	(4.921)

PINBANK BRASIL INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Outras despesas operacionais

	<u>2° Sem/2024</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Despesas com serviços associados a transações de pagamentos	(6.063)	(10.068)	(1.744)
Juros s/ antecipação recebíveis	(10.054)	(10.054)	-
Outras despesas operacionais (i)	(638)	(13.533)	(348)
Total	<u>(16.755)</u>	<u>(33.655)</u>	<u>(2.092)</u>

- i. O aumento de R\$ 12.995 refere-se a R\$ 11.533 despesas decorrentes do início da operação de aquisição, e a R\$ 2.000, resultantes de multa por rescisão contratual com terceiros

15. Despesas de pessoal

	<u>2° Sem/2024</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Despesas de Pessoal - Benefícios	(1.328)	(2.394)	(1.504)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(758)	(1.416)	(1.207)
Despesas de Pessoal - Proventos	(2.256)	(4.103)	(3.663)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(9)	(13)	(9)
Total	<u>(4.351)</u>	<u>(7.926)</u>	<u>(6.383)</u>

16. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferidos

	<u>2° Sem/2024</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido do semestre/exercício antes do IR e CS	7.231	17.254	14.906
(+) Adições	930	1.814	687
(-) Exclusões	(277)	(560)	-
(=) Base de cálculo para IRPJ e CSLL	<u>7.884</u>	<u>18.508</u>	<u>15.593</u>
IRPJ (15%)	(1.182)	(2.776)	(2.339)
Adicional de IRPJ (10%)	(776)	(1.826)	(1.535)
PAT	54	102	-
CSLL (9%)	(710)	(1.666)	(1.401)
Despesas de IRPJ e CSLL	<u>(2.615)</u>	<u>(6.167)</u>	<u>(5.275)</u>

Em 31 de dezembro de 2024 a Pinbank apresentava o montante de R\$ 50 de diferenças temporárias referente a contingência, totalizando um montante de R\$ 72 de imposto de renda e R\$ 26 de contribuição social diferidos, não reconhecidos em suas demonstrações financeiras, uma vez que os critérios estabelecidos na Resolução nº 4.842 do CMN e Resolução nº 15 do BACEN não terem sido atendidos. Não havia saldo de prejuízos fiscais e base negativa de imposto de renda em 31 de dezembro de 2024.

17. Gestão de risco financeiro

17.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a alguns riscos financeiros: risco de taxa de juros, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos em seu desempenho financeiro. A gestão de risco é realizada pela Administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A Administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

A Companhia possui, principalmente, posições de instrumentos financeiros indexados a taxa básica de juros da economia (Selic). A sensibilidade desses instrumentos financeiros aos riscos da taxa de juros que estão expostos, em um cenário de mudança na curva de juros para cima ou para baixo, não apresentam impactos significativos na receita financeira da Pinbank.

i. Risco de taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que reduzem o rendimento das aplicações financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas à empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia não possui dívidas de longo prazo com instituições financeiras na data base das demonstrações financeiras.

ii. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras. A Companhia é uma Instituição de Pagamentos, não possui autorização para operar Crédito aos Clientes.

iii. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais levando em consideração suas necessidades de caixa a fim de atender à estas demandas operacionais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Em 31 de dezembro de 2024:

	Vencimento - Base 31/12/2024		
	Até um ano	Entre 1 e 2 anos	Total
Valores a pagar	1.832	-	1.832
Obrigações trabalhistas	552	-	552
Obrigações tributárias	1.956	-	2.071

Em 31 de dezembro de 2023:

	Vencimento - Base 31/12/2023		
	Até um ano	Entre 1 e 2 anos	Total
Valores a pagar	2.740	-	2.740
Obrigações trabalhistas	404	-	404
Obrigações tributárias	1.216	-	1.216

iv. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento do mercado. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia.

17.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia procura monitorar o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meios da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial em comparação com a dívida líquida.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A partir de 1º de julho de 2023, o patrimônio líquido mínimo requerido aplicável à Companhia, segue os termos da Resolução BCB nº198/2022 emitida pelo Bacen, que corresponde aplicação do fator F' ao montante dos ativos ponderados pelo risco para instituição de pagamento (RWAIP), formado pela soma das seguintes parcelas:

- i. RWASP, relativa aos serviços de pagamento prestados;
- ii. RWARCSimp, relativa às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada simplificada; e
- iii. RWACAMSimp, relativa à exposição em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial mediante abordagem padronizada simplificada.

O fator F' estabelecido pela BCB nº 198/2022, obedece o seguinte cronograma de aplicação:

- I) 6,75%, de 1º de julho de 2023 a 31 de dezembro de 2023;
- II) 7,50%, de 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024;
- III) 8,00%, a partir de 1º de janeiro de 2025.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia manteve o capital mínimo regulatório exigido.

18. Instrumentos financeiros

a) Hierarquia do valor justo dos ativos e passivos avaliados por meio de resultado

A Companhia classifica a mensuração do valor justo de acordo com os níveis hierárquicos que refletem a significância dos índices utilizados nesta mensuração, à exceção daqueles vencíveis no curto prazo, instrumentos de patrimônio sem mercado ativo e contratos com características discricionárias em que o valor justo não pode ser mensurado confiavelmente, conforme os seguintes níveis:

- **Nível 1:** preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, em que os preços cotados são para ativos e passivos similares, seja diretamente por obtenção de preços em mercados ativos ou indiretamente, como técnicas de avaliação que utilizam dados dos mercados ativos;
- **Nível 3:** Os índices utilizados para cálculo não derivam de um mercado ativo. A Companhia não possui instrumentos neste nível de mensuração.

PINBANK BRASIL INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração entende que os valores justos aplicáveis aos instrumentos financeiros da Companhia se enquadram no nível hierárquico 2 e não houve reclassificações entre níveis nos períodos apresentados.

19. Partes relacionadas

As transações envolvendo partes relacionadas seguem as regras conforme CPC 05 (R1). Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia apresentou saldo de partes relacionadas conforme demonstrado a seguir:

Valores a receber de sociedade ligadas	31/12/2024	31/12/2023
Pinbank Holding S.A.	2	2
Pinfinance Holding S.A.	(2.500)	(2.500)
	<u>(2.498)</u>	<u>(2.498)</u>

Remuneração da administração

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 o montante pago como remuneração a Administração da Companhia foi de R\$ 47 (R\$ 42 em 31 de dezembro de 2023).

20. Outros assuntos

Resolução BCB nº 178/22

A administração, após a avaliação da Resolução BCB nº 178/2022, entende que não haverá impactos relevantes nas suas respectivas demonstrações financeiras e os novos contratos serão avaliados a partir de 1º de janeiro de 2025.

21. Prestação de outros serviços e política de independência do auditor

Informamos que a empresa contratada para auditoria das demonstrações financeiras da Instituição não prestou no exercício, outros serviços que não sejam de auditor externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, nos quais o auditor não deve auditar o próprio trabalho e nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover o interesse deste.

PINBANK BRASIL INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Eventos subsequentes

Após o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não existiram eventos subsequentes relevantes até o encerramento destas demonstrações financeiras.

Diretoria

Ignis Contábil Ltda.
CRC-S2P041.630/O-5